

Jónatas E. M. Machado
Iolanda A. S. Rodrigues de Brito

DIFAMAÇÃO DE FIGURAS PÚBLICAS

**Tutela Jurídica e Censura Judicial
à Luz do Direito Português**

- Reputação
- Informação
- Proteção Judicial
 - Política
 - Mídia

JURUÁ
EDITORA

Resumo de Difamação de Figuras Públicas. Tutela Jurídica e Censura Judicial à Luz do Direito Português

O acionamento judicial persistente contra jornalistas e órgãos de comunicação social tende a produzir um efeito inibidor da liberdade de imprensa, sem prejuízo de o processo judicial poder vir a encerrar com uma condenação ou absolvição.

Essa litigância reiterada desencadeia prejuízos consistentes, em primeira linha, nos custos económicos inerentes à defesa, nos riscos associados ao (in)sucesso processual e nos transtornos subjacentes às constantes deslocações aos tribunais, tanto mais grave se as informações divulgadas forem verdadeiras e de relevante interesse público, independentemente de serem ofensivas da reputação de uma figura pública.

Numa época em que a comunicação social enfrenta graves dificuldades de índole económico-financeira, fica seriamente exposta a atividade jornalística (em especial, o jornalismo de investigação), quando relacionada com o combate às cifras negras da corrupção, que ameaça as instituições democráticas.

A garantia do direito à proteção jurídica efetiva não pode descurar uma preocupação atinente ao uso abusivo dos meios de tutela jurídica, em matéria de ofensas à honra de figuras públicas.

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)